



I

Capítulo

# Um sistema de cooperação internacional que “não deixe ninguém para trás”: Visão da Ibero-América

O atual cenário internacional está a sofrer alterações significativas que se repercutem nas relações entre diferentes agentes e na definição de objetivos e modalidades de cooperação internacional que acompanhem a necessária transição para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Neste novo contexto global, alguns países do espaço ibero-americano adotaram um papel de liderança na cena internacional e as economias da maior parte dos países em desenvolvimento cresceram de forma sustentada, naquela que é conhecida por “ascensão do Sul” (PNUD, 2013), indicando um ajustamento no equilíbrio do poder económico entre o Norte e o Sul e um deslocamento para a Orla do Pacífico.

No entanto, é de referir que o crescimento registado no Sul sofreu um abrandamento nos últimos anos, devido à queda da procura global e ao aumento da volatilidade das moedas e dos mercados de obrigações e valores. O incremento das taxas de juros também dificultou o serviço da dívida, bem como o acesso a novos financiamentos internacionais por parte de alguns países em desenvolvimento. Esta situação agravou-se devido aos efeitos da transição demográfica, urbanização, desindustrialização prematura, digitalização e automatização (OCDE, 2017).

Enquanto que na década de noventa a maior parte das pessoas em condições de pobreza viviam nos Países Menos Desenvolvidos (PMD), atualmente a maioria reside nos chamados “Países de Rendimento Médio” (PRM). Estes países, bem como aqueles que recentemente avançaram para níveis mais elevados de rendimento nacional bruto (RNB) per capita, evidenciam progressos em áreas fundamentais, tais como em cobertura social, educativa e de saúde, embora com deficiências em matéria de igualdade territorial, distribuição da riqueza, direitos e reconhecimento das etnias e condições de género. Há também uma infraestrutura deficiente e de baixa produtividade associada a uma menor inovação tecnológica, organizacional e programática, que acabam por se tornar obstáculos ao modelo de desenvolvimento sustentável. Estes obstáculos não se corrigem apenas com crescimento económico, mas exigem capacidades institucionais e humanas específicas para gerir a mudança.

Por outro lado, a transformação do mapa da pobreza, o aprofundamento das desigualdades em cada país e entre os vários países, o agravamento da mudança do clima provocado pela intervenção do ser humano e da intensificação de outras externalidades negativas resultantes dos processos de globalização estão a provocar alterações radicais no contexto global e a exigir que o conceito de desenvolvimento não seja exclusivamente entendido como sinónimo de crescimento económico.

Em consequência, o desenvolvimento sustentável, quando se observa como um processo multidimensional, materializou-se em 2015 com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta Agenda baseia-se nos princípios de: universalidade; não deixar ninguém para trás; responsabilidades comuns, mas diferenciadas; e trabalho integral e sinérgico para o cumprimento dos ODS. Tudo isto respeitando as características próprias de cada país.

A Agenda 2030 é um plano de ação dirigido a todos os países, que representa uma mudança do paradigma de desenvolvimento, pois estabelece vínculos entre as dimensões sociais, económicas e ambientais do desenvolvimento e levanta a questão da participação de diversos agentes como elemento fundamental para a promoção de ambientes conducentes ao desenvolvimento sustentável, tais como governos locais, academia, sociedade civil e setor privado por forma a promover a coerência e a evitar estruturas parceladas e compartimentos estanques na implementação de estratégias para o cumprimento dos ODS. Para alcançar as metas contidas nos ODS, é fundamental identificar áreas críticas de desenvolvimento, bem como garantir a fiabilidade da recolha e disponibilidade de dados estatísticos e a implementação de esquemas de acompanhamento e avaliação dos progressos realizados, realçando as alianças multi-agente para a promoção do desenvolvimento a todos os níveis e em todos os territórios.

Neste sentido, é extremamente importante atualizar as práticas institucionais que estruturam o sistema de cooperação internacional, a fim de as ajustar ao novo quadro regulamentar global, representado pela Agenda 2030. Só ele contribuirá para a necessária instalação de um sistema integral e inclusivo que o destaque os países que têm maiores desafios e menor capacidade para mobilizar recursos domésticos, sem excluir nenhum deles na sua transição para o desenvolvimento sustentável.

O critério de elegibilidade em vigor para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), baseia-se unicamente no nível de rendimentos per capita dos países e responde a um paradigma desfasado de desenvolvimento, entendido como crescimento económico. Este critério também afeta a atribuição de ajuda de outros organismos e fundos multilaterais e até o pagamento das quotas de adesão a esses organismos.

Isto não se correlaciona com a heterogeneidade do mundo em desenvolvimento nem com os pressupostos envolvidos no novo paradigma, nem contempla os níveis de desigualdade dentro de cada país e entre os vários países. Nesse sentido, a comunidade internacional reconheceu a necessidade de produzir novos indicadores para medir os progressos do desenvolvimento sustentável dos países, que ultrapassem os rendimentos per capita, tal como estabelece o parágrafo 129 da Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Atualmente foram feitos progressos na elaboração de várias metodologias de medição multidimensional do desenvolvimento e, através de uma série de plataformas de diálogo, começaram a definir-se novos conceitos que permitem continuar a aprofundar a compreensão das consequências da graduação, bem como a análise de critérios alternativos ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita para a atribuição da APD e de outros instrumentos que apoiem o desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás.

Impõe-se que a comunidade internacional dê um salto qualitativo por forma a estabelecer um sistema de cooperação internacional inclusivo para todos os países, independentemente dos seus níveis de desenvolvimento, tendo em conta as diferentes realidades e as lacunas estruturais que persistem em cada um dos Estados.

Este capítulo procura promover o debate a partir da especificidade do espaço ibero-americano - no qual coexistem países denominados de rendimento médio (baixo, médio alto) recentemente graduados e doadores que já foram recetores - que, no seu conjunto, construiu um rico acervo normativo, metodológico e de práticas em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> É importante destacar que no espaço ibero-americano se realiza uma cooperação nas áreas da cultura, coesão social e conhecimento, que até à data se materializou em 27 Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos (PIPAS) e que também existe uma instância de diálogo e concertação no âmbito dos Responsáveis de Cooperação.

# OS DESAFIOS E O PAPEL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA IBERO-AMÉRICA NO ANO 2030

## I.1

Embora o espaço ibero-americano seja constituído por países heterogêneos no que respeita a dotação de recursos e bagagem histórica e cultural, estes têm numerosos desafios em comum.

A América Latina e o Caribe alcançaram progressos significativos, embora frágeis, ao longo das últimas décadas. Na década de 2000, o prolongado aumento das matérias primas deu origem a taxas de crescimento económico mais elevadas que na média dos países membros da OCDE, provocando uma notável diminuição da taxa de pobreza e uma enorme expansão da classe média. No entanto, a redução dos preços das matérias primas dos últimos anos provocou o abrandamento desse crescimento e aumentou o número de pobres em termos absolutos em 2015 e 2016, o que evidenciou os problemas estruturais subjacentes e revelou a precariedade desses êxitos.

Atualmente a região encontra-se em profunda fase de transição e de grande incerteza. Na maior parte dos países do espaço ibero-americano os valores democráticos são mais sólidos que há algumas décadas e que noutras regiões do mundo. Contudo, subsistem riscos de retrocesso perante o desafio dos Estados para diminuir os níveis de desigualdade, violência e corrupção, e aumentarem os níveis de coesão social, garantindo assim a proteção e promoção dos direitos de todos, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

Por outro lado, apesar da desigualdade ter diminuído na quase totalidade dos países da região na primeira década do século XXI, os atuais níveis continuam a situar a América Latina e o Caribe como a região mais desigual do mundo.<sup>2</sup> As desigualdades são mais evidentes em determinados grupos, especialmente entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, indígenas, LGBTI e pessoas com deficiência.

<sup>2</sup> Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), A ineficiência da desigualdade, 2018 (LC/SES.37/3-P), Santiago, 2018.

É NECESSÁRIO SUBSTITUIR O ATUAL REGIME DE "GRADUAÇÃO" DA APD,  
BASEADO EXCLUSIVAMENTE NO RENDIMENTO PER CAPITA, POR UM SISTEMA  
QUE ADOTE CRITÉRIOS MULTIDIMENSIONAIS ALTERNATIVOS QUE MELHOR  
POSSAM CAPTAR AS NECESSIDADES, PRIORIDADES E COMPLEXIDADES DE CADA  
UM DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

---

A maior parte dos países ibero-americanos enfrentam o desafio de progredir para o desenvolvimento antes que a sua população alcance níveis de envelhecimento que reduzam o potencial de um crescimento sustentável. À medida que a proporção da população em idade de trabalhar diminua, e caso não se registre um incremento da produtividade, o rendimento per capita poderá diminuir consideravelmente.

No âmbito da saúde pública, a esperança de vida aumentou e, conseqüentemente, as taxas de prevalência das doenças contagiosas diminuíram, embora a carga total das doenças se tenha deslocado para as doenças não transmissíveis, tais como o cancro, a diabetes e a obesidade, associadas a padrões de consumo e hábitos não saudáveis da população. De igual modo, o impacto da mudança do clima na transmissão de epidemias e no aumento das temperaturas fez com que doenças como a malária e a zika se tivessem propagado para áreas anteriormente não afetadas.

Nas primeiras décadas do século XXI, alcançaram-se recordes de altas temperaturas em todo o planeta com uma regularidade alarmante, o que também afetou a produção agrícola, segurança alimentar, saúde e acesso à água.

Estima-se que em 2030 a região América Latina e Caribe continue a ser uma das mais urbanizadas do mundo. No entanto, esta urbanização desordenada e rápida coloca desafios de mobilidade, poluição e saneamento. O atrás mencionado traduz-se num desequilíbrio entre a intensidade de procura de serviços públicos - que proporcionem bem-estar aos habitantes e ao seu contexto, respeitando o ambiente - e a capacidade de resposta dos governos subnacionais e locais.

Numa região caracterizada por uma forte dependência da extração de recursos naturais, a possibilidade de alcançar o desenvolvimento sustentável está estreitamente relacionada com o desafio global de separar o crescimento da emissão de gases com efeito de estufa e de outros poluentes, que põem em risco a base da vida e o sustento económico das futuras gerações. Neste sentido, é importante que o atual abrandamento do crescimento não atraia um tipo de investimentos que enfraqueçam os já precários regimes ambientais nacionais.

Por outro lado, a Ibero-América é um espaço constituído predominantemente por países considerados de rendimento médio (PRM), com um papel dual no panorama da cooperação internacional. A nível global, nas últimas décadas observa-se uma redução relativa da APD destinada à América Latina em comparação com outras regiões do mundo, apesar dos desafios evidentes que a região enfrenta em matéria de luta contra a pobreza, gestão migratória e combate à mudança do clima.

Nesse sentido, convém reconhecer o papel estratégico da APD e de outras modalidades de cooperação internacional para a consecução da Agenda 2030, através da provisão de bens públicos globais e regionais; promoção dos direitos humanos e de género; impulso dos processos de mudança e inovação em matéria de políticas públicas; mobilização de recursos domésticos; e alavancamento de recursos do setor privado. Assim, uma resposta particularmente significativa reside no tipo e na eficácia da cooperação técnica e financeira oferecida pelos países mais avançados aos de menor desenvolvimento relativo, a fim de reduzir lacunas estruturais e de ultrapassar os seus obstáculos específicos e comuns.

É também importante considerar que a “graduação” daqueles que se classificam como PRM da região não só afeta as suas possibilidades de consolidar e aprofundar os resultados em matéria de desenvolvimento, mas também o fluxo de assistência técnica e a transferência de capacidades e conhecimentos entre os países em desenvolvimento. Nesse sentido, é de sublinhar que as modalidades de cooperação internacional, tais como a Cooperação Sul-Sul, a Cooperação Triangular e o desenvolvimento de fundos inovadores promovidos pelos países da região, se consideram um complemento à APD e não uma substituição das responsabilidades dos doadores tradicionais, que ainda estão longe de cumprir o compromisso de destinar 0,7% do PIB à ajuda ao desenvolvimento.

Por todas estas razões, o nível regional é cada vez mais importante como espaço de debate e articulação de soluções conjuntas para desafios semelhantes ou comuns. Os desafios da região para 2030 exigem uma mudança estrutural progressiva, na qual a aprendizagem e a inovação sejam intensivas e se criem políticas fiscais dinâmicas, de acordo com as diretrizes de produtividade e emprego, em conjunto com a proteção ambiental, como marca de transição para o desenvolvimento sustentável. Tudo isto, num quadro de fortalecimento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Os países ibero-americanos demonstraram que, apesar da heterogeneidade e dos desafios que têm pela frente, possuem muitas experiências para partilhar a favor de um desenvolvimento sustentável e da implementação universal da Agenda 2030. Prova disso são os relatórios anuais de Cooperação Sul-Sul, que cada vez registam mais iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular na região e com países terceiros.

Esta Cooperação Sul-Sul e Triangular ibero-americana foi constituída a partir de afinidades e experiências partilhadas, com base em objetivos comuns inspirados nos princípios de horizontalidade, consenso, equidade, solidariedade, respeito pela soberania, bem como em contextos e prioridades nacionais, livres de qualquer contingência. Por sua vez, ambas as modalidades se destacam por serem um complemento necessário para aumentar o leque de experiências de sucesso, bem como para reforçar e criar capacidades, produção de conhecimentos, integração regional e conceção de políticas públicas de igualdade e sustentabilidade no quadro da implementação da Agenda 2030 e da consecução dos ODS.

Face ao exposto, os países ibero-americanos encarregaram-se da tarefa de integrar os ODS nas políticas públicas e nos planos e orçamentos nacionais, tentando envolver na sua implementação diversos grupos, tais como parlamentos, setor privado, academia e sociedade civil, tendo por base o princípio de não deixar ninguém para trás. Da aprovação dos ODS até à data, verificaram-se progressos significativos, apesar de subsistirem ainda dificuldades de medição e concretização de muitas das suas metas.

Implementar com sucesso a Agenda 2030 exige fortalecer a liderança política a partir da apropriação nacional e local, bem como proporcionar medições fiáveis e critérios equitativos que permitam identificar e abordar as lacunas nas capacidades e conhecimentos para alcançar todos os ODS.

Em consonância com esta visão, torna-se imprescindível colmatar as lacunas entre o discurso e a prática por forma a avançar para um sistema de cooperação internacional inclusivo, baseado na Agenda 2030, que acompanhe e incentive todos os países - de acordo com as suas diferentes trajetórias, capacidades e necessidades - a transitar com passos firmes para o desenvolvimento sustentável.

# A NECESSIDADE DE AJUSTAR A NARRATIVA À PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## 1.2

Uma definição acertada para a construção de um sistema de cooperação internacional inclusivo que aborde a implementação da Agenda 2030, embora deva privilegiar aqueles que mais necessitam, não deve excluir nenhum país na sua transição para o desenvolvimento sustentável. Para que tal seja possível, é necessário substituir o atual regime de “**graduação**” da APD, exclusivamente baseado no rendimento per capita, por um sistema que adote critérios multidimensionais alternativos que possam captar melhor as necessidades, prioridades e complexidades do desenvolvimento de cada um dos países em desenvolvimento.

Todos os países têm pontos fortes e pontos fracos associados à dotação de recursos, situação geográfica, capital humano, bagagem cultural, bagagem histórica e trajetórias dependentes, que os tornam mais ou menos vulneráveis aos impactos externos e às consequências negativas da mudança do clima, entre outros fatores determinantes. As suas necessidades de desenvolvimento estão extremamente associadas a todos eles.

O processo da “graduação”, começa quando os países passam de uma categoria de rendimento para outra. No caso dos qualificados como PRMA, caso ultrapassem durante três anos consecutivos – em um dólar ou mais – o limiar do PIB per capita (USD\$12.745 em 2018) estabelecido pelo Banco Mundial, são excluídos da lista de países elegíveis para receber APD por parte do CAD.<sup>3</sup>

Dentro das consequências associadas a esta exclusão, salientam-se: a decisão dos parceiros cooperantes retirarem os países graduados dos seus programas de cooperação bilateral ou dos fundos específicos de cooperação multilateral; e a impossibilidade de acederem a créditos de Bancos Multilaterais ou bilaterais de Desenvolvimento concedidos em condições mais favoráveis que a taxa de mercado. É também necessário sublinhar que quando um país é “graduado”, não existe nenhum tipo de acompanhamento para abordar as consequências associadas a essa exclusão.

Quando é que se pode considerar que um país está preparado para se graduar? A “graduação” exclusivamente baseada no PIB per capita é uma má notícia. É pouco rigoroso ou inadequado considerar os países que atravessam um limiar arbitrário - criado pelo Banco Mundial à porta fechada para determinar a capacidade de pagamento dos seus empréstimos - como países desenvolvidos ou com processos de desenvolvimento totalmente bem-sucedidos. As provas demonstram que maiores níveis de rendimento não se traduzem necessariamente em maior capacidade de poupança, mobilização ou acesso a financiamento para o desenvolvimento. O crescimento também não se traduz em menores níveis de pobreza ou desigualdade, os quais são fenómenos multidimensionais, cujo combate exige muito mais que recursos económicos: envolve construir capacidades e conhecimentos para uma transformação estrutural, tendo em conta que a globalização reduz cada vez mais a margem de manobra dos Estados para favorecer essas transformações.

Não obstante o que precede, durante muitos anos a classificação dos países de acordo com o rendimento per capita permitiu identificar alguns desafios comuns dentro de cada grupo. A categoria de países de rendimento médio, por exemplo, serviu como elemento político para dar visibilidade a necessidades comuns e ao papel dual que esses países desempenham no panorama da cooperação internacional.

É conveniente recordar que o desenvolvimento sustentável é um processo, não um ponto de chegada, e que os países passam por esse processo a velocidades diferentes e com trajetórias diferentes, como resultado da sua história, estrutura e capacidade. Dito isto, para medir efetivamente os progressos e as necessidades dos países em desenvolvimento, já não é adequado pensar em limiares de rendimento, pois não é suficiente considerar o crescimento económico, sendo importante avaliar, entre outras questões, a sustentabilidade desse crescimento e as lacunas de conhecimentos, capacidades e oportunidades para darem um salto qualitativo para um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

<sup>3</sup> Embora o conceito de “graduação” seja mais conhecido pelos seus efeitos de transição de País de Rendimento Médio Alto para a categoria de País de Rendimento Alto, com o qual o país “graduado” deixa de ser elegível para receber APD, também se utiliza para se fazer referência à transição entre as outras categorias de rendimento, como por exemplo passar de país de rendimento baixo para médio. A graduação também envolve deixar de ter acesso a modalidades de cooperação, tal como aos créditos não condicionados.

É por isso que a graduação da APD aos países que ultrapassam o limiar do rendimento médio é vista, a partir do espaço ibero-americano, como uma decisão que tem implicações, não só para o desenvolvimento comum, mas também para o papel que a América Latina e o Caribe desempenham no panorama da cooperação internacional. Esta lógica de excluir alguns países em desenvolvimento da elegibilidade para receberem APD, enfraquece o sistema de cooperação internacional e vai contra os princípios de solidariedade e equidade que deve promover. Apoiar todos os países em desenvolvimento, de acordo com as suas necessidades, não implica ajustar ou mudar as atuais prioridades de atribuição da APD, que deve privilegiar os setores menos favorecidos. Trata-se de construir um sistema que tenha o maior impacto possível no desenvolvimento.

Ao contrário dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que se centraram nos países mais pobres por nível de rendimento, os compromissos assumidos nos ODS para o ano 2030 são universais e comprometem todos os países, entendendo que a sustentabilidade exige indicadores e ações mais complexas que o crescimento em si mesmo e que abarquem a multidimensionalidade do desenvolvimento. A exclusão de alguns países em desenvolvimento da elegibilidade para receberem APD unicamente em função do rendimento per capita reforça a impressão de que o CAD da OCDE não é inclusivo e resiste a integrar os ODS como novo quadro de cooperação para o desenvolvimento. A perpetuação do critério de "graduação", orientado pelo PIB per capita, põe em risco que os países da América Latina fiquem progressivamente fora dos âmbitos de trabalho dos seus parceiros multilaterais e bilaterais tradicionais em matéria de desenvolvimento.

As políticas de APD devem adaptar-se a este novo quadro e responder aos desafios universalmente reconhecidos, a fim de reforçarem o seu papel catalisador na mobilização de financiamento internacional para o desenvolvimento. Com este objetivo, na Ibero-América considera-se imprescindível não excluir nenhum país em desenvolvimento da APD em áreas estratégicas e de alto impacto vinculadas aos ODS, a modo de complemento dos seus recursos domésticos.

Em consequência, deve promover-se a formação de novos instrumentos, que acompanhem a realidade dos países na sua transição para o desenvolvimento sustentável, tanto financeiros quanto não financeiros, assistência técnica, intercâmbio de boas práticas, mobilização de recursos domésticos e multiplicação de fundos inovadores.

É necessário ultrapassar a mentalidade de soma zero no debate sobre a atribuição da APD, por forma a construir um sistema de cooperação internacional que intensifique as associações que promovem o desenvolvimento sustentável, tais como as parcerias de agentes múltiplos, a partir de uma visão que mostre a complexidade dos desafios existentes e reconheça e apoie as diferentes necessidades e capacidades dos países com a visão 2030.

OS PAÍSES DESTE ESPAÇO SÃO CHAMADOS A TRABALHAR EM CONJUNTO, PROCURANDO CRIAR QUER AS EVIDÊNCIAS QUER OS ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS QUE PERMITAM A ANÁLISE DOS MELHORES CRITÉRIOS ALTERNATIVOS PARA A MEDIÇÃO DOS PROGRESSOS E DAS NECESSIDADES DOS PAÍSES NA SUA TRANSIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



# OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS FACE À GRADUAÇÃO DOS PAÍSES QUALIFICADOS DE RENDIMENTO MÉDIO-ALTO NO QUADRO DA AGENDA 2030

## I.3

O debate sobre a “graduação-exclusão” da APD deve ser abordado com um sentido estratégico, que dê resposta aos desafios deste novo cenário, construindo um diálogo fluido com os agentes do sistema de cooperação internacional e uma posição comum.

Essa “graduação” da lista de elegibilidade da APD é um processo até agora desconhecido para a maior parte dos países latino-americanos, tendo as suas consequências sido pouco estudadas a nível global. Até 2018, só alguns países do Caribe, o Chile e o Uruguai foram “graduados” da APD. No entanto, de acordo com as projeções baseadas no crescimento económico, daqui a 2030, um número significativo de países da América Latina e de outras regiões irão enfrentar o processo de graduação. Daí a necessidade de compreender melhor este fenómeno e de, a partir do espaço ibero-americano, equacionar elementos para a discussão com o objetivo de propor uma posição partilhada, baseada em critérios alternativos para a construção de um sistema de cooperação internacional que não deixe ninguém para trás.

Assim, ao considerar as possíveis complicações que a graduação poderá criar para o nosso desenvolvimento num contexto de desaceleração da economia global, os países que fazem parte do espaço ibero-americano devem centrar-se em passar por esta etapa de mudança de forma articulada e sinérgica.

Este âmbito geográfico comum tem uma particularidade única que lhe concede legitimidade, pois é composto por países que na sua maioria têm um papel dual na cooperação, o que demonstra que, como região, têm o compromisso ativo de promover um sistema internacional equitativo, conforme as suas possibilidades e responsabilidades comuns.

Para liderar o debate, os países deste espaço estão chamados a trabalhar em conjunto, procurando produzir tanto as evidências quanto os elementos teóricos e metodológicos que permitam a análise dos melhores critérios alternativos para a medição dos progressos e das necessidades dos países na sua transição para o desenvolvimento sustentável. A este respeito, é extremamente importante que os países já graduados da APD contribuam para o debate com a sua experiência e análises de impacto e avaliação sobre o que a “graduação” envolve na prática.

Nesta perspetiva, os desafios comuns são: consolidar instituições eficientes e credíveis que assegurem a evolução para a igualdade, incluindo a igualdade de género, transparência, luta contra a corrupção e participação de grupos tradicionalmente mais desfavorecidos; bem como consolidar capacidades de governação e eficiência da despesa pública dos governos subnacionais, dadas as grandes assimetrias internas do nível de vida. Por outro lado, reduzir as vulnerabilidades associadas à integração em mercados financeiros internacionais; melhorar a capacidade competitiva mediante transformações produtivas e progressos tecnológicos, e mobilizar cadeias de valor inclusivas que permitam a participação das PME na agregação de valor; bem como considerar a proteção do ambiente e a criação de capacidades para enfrentar as alterações climáticas e reduzir as vulnerabilidades face aos desastres naturais.

Para fazer face a estes desafios comuns, é necessário: rever as políticas e instrumentos de desenvolvimento existentes para refletir o panorama atual; e redesenhar e criar novas ferramentas globais que possam vir a ser úteis num contexto de desenvolvimento.

Tudo isto nos permitirá estar na vanguarda da discussão, bem como analisar e avaliar o modo de adaptação à relação com os países doadores tradicionais, tendo presente o compromisso global para 2030 e os fluxos de financiamento da cooperação internacional para o desenvolvimento, que se devem adequar para tornar possível a consecução dos ODS e das suas metas, por forma a que a igualdade e a equidade sejam práticas e não apenas princípios.

